

UM OLHAR SOBRE A EJA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS: UM PROJETO HORIZONTAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROTAGONIZADO POR ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM REGIME DE TERCEIRIZAÇÃO

Beatriz Regina Barbosa¹

Tayná Victória de Lima Mesquita²

Este artigo é resultado do trabalho final da disciplina³ de Educação de Jovens e Adultos - EJA, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Sandra Fernandes Leite na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e objetiva visibilizar aspectos da história e funcionamento de um projeto de EJA intitulado “Coletivo EJA”, que é vinculado ao Instituto de Economia - IE da UNICAMP.

O Coletivo EJA está em funcionamento desde meados de 2001 e é apoiado enquanto Extensão por meio de edital PEC⁴. Ele foi resultado da iniciativa de estudantes da Universidade e segue sendo desenvolvido pelo profundo envolvimento de estudantes vinculados ao grupo, tendo como enfoque os trabalhadores terceirizados que prestam serviços de manutenção, limpeza e alimentação à Universidade.

As múltiplas vulnerabilidades dos trabalhadores terceirizados, como redução e atraso de salários, maior exposição à acidentes de trabalho e doenças, impossibilidade de organização sindical, demissões arbitrárias, em uma longa lista de ataques aos direitos trabalhistas, tem sido denunciados por diversos especialistas em direito e sociologia do trabalho (MAIOR, 2015; CUT, 2014; ANTUNES & DRUCK, 2013). A contemporaneidade do racismo à brasileira, simbólico e estrutural (GELEDÉS, 2013), reflete-se na composição do mercado de trabalho (DIEESE, 2013, p. 3). Neste caminho, o trabalho terceirizado é demarcado por abarcar os corpos que são historicamente colocados no limiar da sociedade, pessoas negras, sobretudo mulheres (CHAVES, 2014, p. 8-9).

O fato de sermos mulheres negras estudantes de uma universidade pública, elitizada e com a maioria de seu corpo docente, discente e de trabalhadores técnico administrativos (concursados) composto por pessoas brancas também foi de extrema importância para entendermos o espaço e posicionamento político do Coletivo EJA como um coletivo que pensa e contribui para a luta por um outro modelo de Universidade.

A EJA ainda carece de políticas educacionais efetivas, problema que se reflete na ausência de diretrizes curriculares específicas para o ensino superior, visando garantir a formação de profissionais da educação capacitados para atender suas especificidades (LEITE, 2013, p. 24-25). Isso pode ser percebido por nós ao lermos as ementas das disciplinas do curso de Pedagogia e das disciplinas oferecidas pela FE para os cursos de licenciatura e nas críticas que tem sido expressadas nas avaliações do curso de Pedagogia da Unicamp. Ao ser garantido um espaço de reflexão sobre a EJA na disciplina que cursamos, foi possível conhecermos outras perspectivas de educação, pensar os currículos dos nossos cursos de graduação e até mesmo a padronização de corpos e trajetórias nos espaços escolares.

¹ Universidade Estadual de Campinas.

² Universidade Estadual de Campinas.

³ Disciplina Eletiva oferecida na Faculdade de Educação da UNICAMP, cujo o código é EP 886.

⁴ Programa de Extensão Comunitária – PEC, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

A Unicamp, considerada uma das principais universidades da América Latina e do mundo⁵ não tem êxito no que diz respeito à representação da diversidade étnica do país em seu corpo discente e docente. Numa sociedade onde 53,1% da população se autodeclara negra (IBGE, 2013), no período de 2005 a 2015 o número total de estudantes negros, (pretos e pardos) matriculados na Unicamp não ultrapassou 14,47% (VENTURINI, A. C; FERES JÚNIOR, J., 2016). Por outro lado, ao caminharmos pela Universidade percebemos que a população negra é maioria no corpo de funcionários terceirizados, principalmente nas áreas de limpeza e alimentação⁶. Tendo em vista o caráter institucional do racismo no Brasil, Expressando-se na marginalidade da população negra no acesso à educação (IPEA, 2014, p. 10), a proposta do Coletivo EJA é absolutamente revolucionária, simbólica e construtiva.

Nossa aproximação e pesquisa junto ao Coletivo deu-se entre outubro e novembro de 2015, em um momento delicado. O mês de outubro ficou marcado pela notícia de que a empresa prestava serviços de manutenção e limpeza à universidade havia perdido o processo licitatório, culminando na demissão em massa e remanejamento dos educandos e educandas que participavam do projeto para outros setores (internos e externos à Unicamp), o que resultou na suspensão das atividades. Com o início do mês de novembro e a vigência da nova empresa terceirizada, entrevistamos uma educadora do Coletivo, para compreender melhor a história, desafios enfrentados e, em especial, as novas perspectivas diante da demissão dos educandas e educandos. As informações descritas abaixo são resultado da entrevista semi-estruturada desenvolvida.

O projeto foi inicialmente fruto do sonho de duas estudantes do IE, que enquanto educadoras em um projeto de EJA na Fábrica Ocupada - Flaskô, resolveram tentar iniciar uma atividade parecida junto às trabalhadoras e trabalhadores do Instituto. A partir da divulgação feita pelas primeiras educandas a partir do “boca a boca”, o projeto foi ampliando-se. No início, o trabalho tinha como foco principal a alfabetização e o ensino de matemática, numa estrutura pouco dialógica. Com o tempo, a partir das experiências junto às trabalhadoras e trabalhadores, os objetivos e concepções que guiam o projeto foram se modificando, e Paulo Freire se tornou referência na formação dos educadores envolvidos no projeto.

Até o momento da entrevista eram desenvolvidos no projeto encontros de acupuntura, artesanato e informática, além das aulas de matemática e língua portuguesa.

O número de educandas e educandos sempre variou bastante. Devido à alta rotatividade do trabalho terceirizado, o curto horário disponível e condição empregatícia dos trabalhadores e trabalhadoras, que pelo cansaço e mudança no local de trabalho, muitas vezes não conseguem frequentar às aulas.

Todos os dias uma aula é efetivada, durante o horário das 11h às 13h, o período de almoço dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Cada educando tem um tempo disponível em sua jornada de trabalho: alguns dias apenas uma hora, outros dias meia hora. As atividades a serem disponibilizadas são decididas no início do semestre, na reunião de formação dos educadores(as).

O corpo docente é formado por estudantes da universidade de diferentes institutos. O pré-requisito para adentrar ao projeto é estar de acordo com o projeto político pedagógico, que tem como norte a construção de uma educação onde o diálogo e a horizontalidade nas decisões sejam priorizados. O processo educativo tem como uma de suas bases a ideia dos temas geradores, que são escolhidos pelos educandos.

⁵ 3 QS World University Rankings. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings>>. CWUR (Center for World University Rankings). Disponível em: <<http://cwur.org/2015/>>.

⁶ Trabalhos dignos, que exigem técnicas, que devem ser valorizados e com os direitos trabalhistas garantidos e assegurados.

Outro desafio colocado neste processo educativo que anseia a garantia da horizontalidade e do diálogo é a prática de uma educação não colonizadora:

É um desafio, porque tanto a estrutura do coletivo, a gente está acostumado com hierarquia (...) a gente não tem nenhum espaço que posso dizer assim “esse espaço é meu, também estou ajudando a construir”. Tudo é um desafio, a nossa relação com elas a nossa relação entre a gente, de um não ficar mandando no outro, tudo isso é um desafio... É sempre você está pensando, o que eu conheço está errado, então estamos aqui construindo uma coisa diferente. Sempre é um desafio, o que a gente tem que fazer é estudar e conversar entre a gente, conversar com elas... (Trecho da entrevista - 2015)

Durante a entrevista foi possível confirmar que as questões de gênero e “raça” são latentes no projeto e que são alvo de atividades de formação e problematização por parte dos educadores, o que demonstra o processo de reflexão e autocritica sobre as práticas educativas e as desigualdades sociais.

A gente procura nos finais de semana de formação, fazer formação sobre gênero, “raça” e tal... porque elas são em sua maioria mulheres negras e a gente, o coletivo é composto por sua grande maioria por brancos e muito homens também... então a gente sempre precisa estar conversando sobre isso, claro que isso se expressa muito, a gente sempre acha que nunca é o suficiente o tanto que a gente está falando sobre isso e a gente tenta instigar isso nelas... (Trecho da entrevista - 2015)

O coletivo, que no início de sua história se organizava nos bancos do bosque do Instituto de Economia, conta atualmente com uma sala dentro do prédio de aulas do Instituto, onde as atividades do coletivo são desenvolvidas, incluindo as aulas de acupuntura. Ainda assim, a sala não é de uso exclusivo do coletivo.

Saraus e outras atividades abertas são desenvolvidas todos os semestres, geralmente três por ano, uma no início, uma nas férias (festa junina) e uma no fim do ano. Essas atividades abertas também são um importante instrumento de divulgação do projeto e costumam atrair olhares dos estudantes surpresos com o divertimento dos trabalhadores e trabalhadoras.

As condições de trabalho dos educandos e educandas impõem diversos desafios ao projeto, desde a falta de tempo para estudo, o cansaço e o constante perigo de desligamento da universidade, pela fragilidade dos contratos. Recentemente, a mudança ocorrida após o último processo licitatório, sob o qual a empresa até então atuante não teve vitória, culminou na interrupção das atividades do coletivo durante os últimos 2 meses do semestre. A mudança na empresa terceirizada também foi apontada como gatilho de mudanças nas relações estabelecidas dentro do coletivo. Até o momento da entrevista, o grupo não sabia dizer ao certo em que moldes as atividades seguiriam no ano de 2016, pela incerteza em relação à presença de educandos da nova empresa terceirizada.

Iniciativas semelhantes ao trabalho desenvolvido pelo Coletivo EJA são de absoluta relevância. É imprescindível pensar as relações entre “raça”, gênero e classe, e a efetivação do direito à educação no Brasil, problematizar e combater as reproduções de condições de subalternização e, sobretudo, incentivar atividades de extensão e discutir as centenas de contradições da Universidade, entre o que é produzido e criticado do ponto de vista científico e o que é vantajoso e incentivado do ponto de vista econômico, como por

exemplo, a manutenção de trabalhos terceirizados, a não democratização do acesso à Universidade, por meio do Vestibular e bloqueio a ações afirmativas de reservas de vagas, o não cumprimento da Lei 10.639/03⁷ e 11.645/08⁸, e a manutenção de relações meritocráticas, hierarquizadas e não dialógicas dentro das salas de aula. Enquanto o acesso à educação for um privilégio de alguns/ algumas, práticas como as apresentadas neste trabalho sempre serão revolucionárias.

Referências

ANTUNES, R; Druck, G. A terceirização como regra? *Revista TST*, Brasília, v. 79, n. 4, out./dez. 2013.

CUT. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

CHAVES, M. N. Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho. SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 2., 2014, Brasília. Disponível em: <http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4119>. Acesso em: 06/07/2016.

DIEESE. *Os negros no Trabalho*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, vol. 1, nov. 2013.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. *Guia de enfrentamento ao racismo institucional*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 16/01/2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>.

IPEA. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Situação social da população negra por estado*. Brasília, DF, 2014.

LEITE, S. F. *O direito à Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal*. Curitiba: CRV, 2013.

MAIOR, J. L. S. PL 4.330/04: Maldade explícita e ilusão. In: *Blog da Boitempo*. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/06/pl-4-33094-maldade-explicita-e-ilusao>>. Acesso em: 06/07/2016.

VENTURINI, A. C; FERES JÚNIOR, J. Onze anos da ação afirmativa sem cota da UNICAMP. Textos para discussão *GEMAA*, n. 11, 2016, p. 1-24.

⁷ Lei que obriga o ensino de história da África e afro-brasileira em instituições escolares públicas e particulares.

⁸ Lei que altera a Lei 10.639/2003, incluindo o ensino das História e Culturas Indígenas.

Sobre as autoras

Beatriz Regina Barbosa é estudante de graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e bolsista de Iniciação Científica – CNPQ sobre a orientação da Prof^a Dr^a Ângela Soligo. Pesquisa a formação de professoras e professores e relações étnico-raciais.

E-mail: beatrizr.barbosa@yahoo.com.br.

Tayná Victória de Lima Mesquita é estudante de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como educadora social de Jovens, Adultos e Idosos no Projeto Educativo de Integração Social – PEIS. Pesquisa relações étnico-raciais com enfoque na modalidade EJA.

E-mail: viccmesquita@gmail.com.